

APRESENTAÇÃO

Dossiê: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos

O Dossiê Temático “Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos” foi proposto e aprovado pela Comissão Editorial da Revista Eletrônica de Educação (REVEDUC-UFSCar), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Tem em sua propositura o desejo de aproximar pesquisadores do campo da educação, da formação e atuação de professores e demais agentes educativos para os espaços de privação de liberdade, tomando a escola como uma prática social que se articula com outras práticas educativas não escolares, instauradas no diálogo, na conscientização e na humanização das pessoas. Busca destacar estudos sobre a formação de professores e de agentes socioeducativos, na perspectiva da diversidade, formação em conteúdos e em sensibilidades para os problemas sociais, para a inclusão e para o acolhimento de pessoas que retornam à sociedade dos chamados homens livres. Em tempos de pandemia, articula estudos do campo da educação que se debruçam em práticas alternativas do educar-se para o convívio e para a sobrevivência nos espaços de privação de liberdade.

O grupo de autores que partilha esse Dossiê Temático reconhece a educação em espaços de privação de liberdade como um fenômeno complexo, contraditório e situado historicamente. As discussões nesse campo apresentam dimensões que devem ser discutidas de maneira articulada em programas e políticas de Estado que almejem a democracia e a garantia dos direitos humanos. Trata-se de um campo de investigação ainda emergente, mas em efervescência e potente criação. O que pretendemos, pois, é sinalizar caminhos e alimentar debates na perspectiva dialógica.

Na organização dos capítulos, optamos pela construção de uma pequena colcha de retalhos, que se soma a outras que temos costurado com educadores-pesquisadores que se dedicam a agasalhar e aquecer as pessoas excluídas, compulsoriamente, da sociedade.

Iniciamos a costura desta colcha trazendo um primeiro retalho, o *Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização*, de autoria de Eli Narciso da Silva Torres, Timothy D. Ireland e Susana Inês de Almeida e Silva. O estudo analisa os avanços e os desafios ainda a serem enfrentados para a universalização da educação nas prisões brasileiras e, para tanto, apresenta um breve panorama do encarceramento, o perfil das pessoas presas e dialoga com as principais legislações pertinentes à educação em locais de privação de liberdade. No segundo momento, demonstra os indicadores da educação no país a partir do conteúdo disponibilizado na Nota Técnica nº 14/2020/DEPEN/MJ, elaborada mediante as informações prestadas pelos estados e pelo Sistema Penitenciário Federal ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Os autores indicam que alguns estados brasileiros têm investido em promover a oferta de ações educativas para as pessoas presas, apesar da política educacional ser gestada em contexto de superencarceramento, e violações dos direitos não alcançados pela pena de prisão e seus reflexos negativos no processo educacional. Consideram, nessa direção, que o caminho para a universalização da educação em prisões ainda carece de maiores investimentos por parte do Depen, tanto no fomento quanto no monitoramento da política, que visa a garantia do direito à educação à pessoa presa no Brasil.

Marieta Gouvêa de Oliveira Penna, Isabel Melero Bello e Ana Carolina Colacioppo Rodrigues, em *Educação em espaços de privação de liberdade no estado de São Paulo*, analisam a formulação da política estadual em São Paulo no que se refere à promoção da educação básica em espaços de privação de liberdade, nas prisões na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Fundação CASA, ensino regular. As autoras

examinam os documentos oficiais no sítio eletrônico da Secretaria do Estado de São Paulo e a produção acadêmica sobre a temática, e verificam que o governo do estado de São Paulo respondeu às determinações legais vindas do governo federal. No entanto, a forma como a educação foi implementada evidencia constrangimentos que incidem sobre as possibilidades do estabelecimento do currículo e, portanto, da educação a ser ofertada, uma vez que as ações adotadas visam mais a eficiência e otimização de recursos, a partir da racionalidade neoliberal e instrumental, em detrimento de ênfase no desenvolvimento de processos educativos atinentes às especificidades do contexto em questão.

Na esteira das análises apresentadas nesses dois artigos iniciais, que expõem o pano de fundo que se revela quando se discute educação em espaços de privação de liberdade – quer para pessoas adultas, quer para pessoas jovens –, Walter Omar Kohan e Márcio Nicodemos colocam as lentes em *Escola, cárcere e pandemia: o que pode uma educação filosófica?* Os autores examinam o estado atual da educação carcerária e os efeitos da pandemia e da forma do governo Bolsonaro responder a ela. No dizer dos autores, a solução encontrada foi suspender as aulas por tempo indeterminado, fechando as escolas no cárcere sem a implementação de nenhuma atividade educacional para as pessoas presas. Kohan e Nicodemos sugerem em suas análises o que poderia uma educação filosófica no cárcere – não apenas um amor à sabedoria, mas uma sabedoria do amor com, pela e para as autoridades, para, quem sabe, fazer brotar liberdade, justiça e paz no mundo.

Nossa rede de conhecimentos agrega um tema de centralidade, quando se discute educação e privação de liberdade: as mulheres. Os estudos têm revelado o número crescente de mulheres afastadas do convívio social em unidades prisionais e suas histórias de vida se expressam nas condições de vulnerabilidades de diferentes naturezas: histórias negligenciadas pelas condições de pobreza, corpos marcados e subjugados e que deixaram a escola cedo por falta de apoio, carência afetiva e financeira. *Práticas formativas das mulheres em privação de liberdade*, de autoria de Yara Elizabeth Alves e Fernando Selmar Rocha Fidalgo, analisa práticas formativas de mulheres em privação de liberdade, em um Complexo Penitenciário Feminino e em uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que se constituem em modelos diferenciados de gestão penitenciária. O estudo indica que as práticas educativas estão relacionadas aos próprios efeitos da prisionização, sendo que os primeiros são mobilizados para, em alguma medida, minimizar os últimos, e indica a relevância de ampliação e aprimoramento dos processos formativos em um processo simultâneo.

A primeira mulher em situação de privação de liberdade, custodiada no estado do Ceará, a ingressar em uma Universidade Pública por meio do Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas em privação de Liberdade é o foco do artigo apresentado pelas autoras Carla Poennia Gadelha Soares, Marta Sulane Barbosa Machado Gomes e Cynthia Corvello. *Da prisão à universidade: um relato autobiográfico* é resultado de estudo que apresenta os aspectos de vida dessa mulher e relacionam o período de cumprimento da pena à experiência de se submeter ao exame, obter aprovação e ingressar na universidade como estudante de graduação e em seguida no curso de mestrado. O artigo enfatiza a contribuição da política do Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas em privação de liberdade e como oportunidade de modificarem suas histórias de vida.

Gênero e educação da prisão: a pedagogia cultural do Sistema Penitenciário Federal, de autoria de Clayton da Silva Barcelos, Tiago Duque e Arioaldo Toledo Penteadro Júnior, analisa a educação no sistema penitenciário federal, para além da escolarização, e a partir das questões de gênero, enquanto um marcador social da diferença. Metodologicamente, o estudo se utiliza de uma personagem travesti fictícia que passa a cumprir pena em uma penitenciária federal. O artigo discute que, entre constrangimentos e estranhamentos, a educação da prisão ocorre por meio das experiências protéticas e performáticas, seja da travesti ou da polícia penitenciária, e conclui que o currículo e a pedagogia cultural permitem analisar a educação da prisão, especialmente a partir do seu efeito curricular e pedagógico,

no que se refere a processos de reconhecimento em contextos específicos de relações de poder, cruzados por normas e convenções de inteligibilidade e de aprendizados, que estão para além da prisão.

Em nossa colcha, mais um retalho multicolorido. Alisson José Oliveira Duarte e Helena de Ornellas Sivieri-Pereira apresentam artigo intitulado *Percepções de professores sobre crenças e valores sociais relacionados à profissão docente em escolas de unidades prisionais* e analisam como os professores se sentem em relação às crenças e valores sociais relacionados à profissão docente em escolas de unidades prisionais, e como essa imagem atribuída pelo outro pode influenciar a maneira pela qual o professor constitui a sua autoimagem. Os resultados do estudo por eles realizado sugerem que, frequentemente, faz parte da identidade desses professores o sentimento de serem desvalorizados, ignorados devido ao anonimato, incompreendidos e mesmo discriminados pela sociedade em geral.

O artigo de Ana Karla Loureiro da Silva e Maria da Conceição Valença da Silva nos brinda com o estudo realizado no estado de Alagoas, *Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades*, que analisa dispositivos que constam no Plano Estadual de Educação nas Prisões (PEEP) do Estado de Alagoas, relacionados à formação de professores de unidades prisionais. As autoras evidenciam como avanço o respeito às identidades, às experiências e aos saberes dos estudantes, a problematização da realidade e o diálogo como princípio da educação. Sinalizam como limites o distanciamento entre os fundamentos e as proposições para a formação e a atuação dos professores e como possibilidades, a revisão dos dispositivos constantes no PEEP e a realização de parcerias das instâncias governamentais com universidades públicas em prol da formação de professores que atuam em unidades prisionais.

O Cuidado na relação professora e alunas: a educação no cárcere numa perspectiva fenomenológica, de autoria de Caroline Martins de Sousa e Wanderley Cardoso de Oliveira, apresenta a relação entre professora e alunas em uma escola no sistema prisional da cidade de São João Del-Rei (MG), em uma unidade de Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) feminina. O artigo traduz a riqueza da singularidade dessa modalidade de aprisionamento, inundada pela compreensão fenomenológica da relação entre essas mulheres – a professora e suas alunas. O estudo desvela a perspectiva heideggeriana que existir no mundo é cuidar de si, dos outros e do mundo no qual habitamos. A trajetória investigativa dos autores indica que a educação na dimensão do cuidado é uma das maneiras de humanizar a vida entre as grades.

A contribuição da psicologia social para o trabalho docente no campo da educação escolar em estabelecimentos penitenciários nos é apresentada em *Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão*, de autoria de Ruchelli Stanzani Ercolano e Deivis Perez. Os autores nos apresentam a aplicação do dispositivo metodológico, denominado Instrução ao Sócia (IS), contextualizado para a laboralidade de professores que atuam em prisões no Brasil e defendem que esta ferramenta proporciona a análise do trabalho docente e contribui para a formação de professores. O estudo vislumbra que a instrução ao sócia, particularizada como dispositivo metodológico dialético materialista e aplicado à concretude de professores que atuam em contexto prisional, pode apoiar equipes ou coletivos de docentes na construção de movimentações orientadas para a produção de saberes, compreensão e transmutação do trabalho, em conformidade com os princípios marxianos e engelsianos, em sua unidade contraditória, isto é, não o tomar isoladamente, mas inserido numa totalidade concreta e situada.

Encerrando a tessitura desse retalho da colcha, entretecida neste Dossiê Temático, Elenice Maria Cammarosano Onofre, André Luiz Pereira Alves dos Santos, André Santiago Baldan, Edla Cristina Rodrigues Caldas e Marcos Melo de Oliveira apresentam o artigo *Expectativas e anúncios de educadores: des(en)cobrir a educação para pessoas em privação de liberdade*, e partem da premissa que a concepção social e filosófica implica o

desenvolvimento de pesquisa com opções políticas, sociais e epistemológicas, coerentes às demandas das classes populares a quem mais deve servir as pesquisas realizadas pela universidade pública. Resulta do trabalho colaborativo de educadores-pesquisadores vinculados ao Núcleo de Investigação e Práticas Educativas para pessoas em restrição e privação de liberdade – EduCárceres/UFSCar –, no ano de 2020, imerso nas contradições vivenciadas na pandemia sanitária do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Os dados coletados foram analisados tendo como suporte teórico a obra de Paulo Freire e apresentados no artigo em três focos: educar-se para o diálogo, educar-se para a amorosidade e educar-se para o esperar. O estudo revela através das experiências pedagógicas criativas e exitosas que têm sido desenvolvidas em estados brasileiros em relação à formação de professores, anúncios dos educadores e a magnitude de suas propostas, com vistas a contribuir para a ressignificação das ações educativas para os espaços de privação de liberdade de jovens e adultos.

Três artigos são apresentados, a seguir, e podem se constituir como mais um retalho primoroso de nossa colcha – eles dizem de práticas educativas não escolares para pessoas em privação de liberdade.

Iniciamos sendo brindados por Vanusa Maria de Melo e Sandra Maciel de Almeida, no artigo *Remição de pena pela leitura no Rio de Janeiro: possibilidades e avanços*. As autoras apresentam um mapeamento das atividades envolvidas no projeto de remição de pena pela leitura, desenvolvido nas unidades prisionais do Rio de Janeiro. Explicitam que, atualmente, três instituições são responsáveis pela condução dessas atividades: Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), que atua em unidades de privação de liberdade masculinas e femininas; Associação Elas Existem, incumbida das práticas com mulheres transgênero; e UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), na unidade em que cumprem pena ex-policiais militares e os chamados milicianos. Indicam que apesar de haver resistência quanto às ações, realizadas em parceria com a SEAP/RJ (Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro), cresce o número de dias remidos, mas os efeitos da proposta de formação de leitores e autores encontram complexidades e tensões entre a possibilidade de remição pela leitura e a perspectiva punitivista do campo penitenciário.

Tertúlia Literária Dialógica na prisão: experiência educativa freiriana para a humanização, de autoria de Vanessa Cristina Giroto Nery, Vanessa Gabassa, Suellen Drumond Kler e Ana Maria da Silva Barbosa, é o artigo que resulta de estudos em uma unidade prisional no interior de Minas Gerais. Trata-se do desenvolvimento de uma atuação educativa denominada *Tertúlia Literária Dialógica*, que envolve a leitura e o diálogo a partir de obras clássicas da literatura universal e tem como marco teórico a perspectiva dialógica da aprendizagem, sobretudo as elaborações de Paulo Freire. O estudo revela que a partir da discussão das obras, as pessoas em privação de liberdade fazem denúncias dessa realidade opressora como a ausência de direitos básicos, injustiça, desrespeito, privilégios de alguns grupos, preconceito, discriminação, e também, anunciam novas perspectivas como agir certo, mudar a si e à sua realidade, superar os desafios, num movimento de conscientização e esperança.

Marta Soares da Silva e Alexandra Bujokas de Siqueira, em *Alfabetização midiática informacional, pedagogia social e liberdade de expressão em situação de egresso do sistema prisional*, resultado de investigação que analisou o potencial da AMI para o processo de socialização dos que estão vivenciando o momento de retorno à sociedade e aconteceu no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba/MG. A produção coletiva do Jornal do Desabafo com os egressos do sistema se constituiu como caminho dialógico, escolhido pelas autoras, para contrapor o discurso hegemônico no palco de disputas simbólicas produzidas pela cultura midiática. O estudo oferece indícios de que a alfabetização midiática pode ser um instrumento da Pedagogia para promoção da liberdade de expressão com egressos do sistema prisional, uma vez que os colaboradores fizeram do jornal um instrumento para inserir sua palavra e

reconquistar este direito negado, representaram a si como seres humanos e romperam com estereótipos associados ao egresso do sistema prisional.

Nossa empreitada, compromissada com o edital do Dossiê Temático da REVEDUC-UFSCar, agregou estudos brasileiros no campo da socioeducação, um retalho significativo para a nossa colcha.

Continuamos nossa tessitura com *Quando todas as portas se fecham: um ensaio sobre direitos humanos e encarceramento*, de autoria de Juliana Cavicchioli de Souza, Renice Ribeiro Lopes e Débora Cristina Fonseca. Trata-se de estudo sobre os direitos humanos com ênfase na trajetória de jovens e adultos que se envolvem com o meio infracional, estabelecendo relações entre a negação de direitos e o ingresso nas instituições de restrição e/ou privação de liberdade. Sob a perspectiva de que a violação/negação de direitos humanos básicos ocorre tanto no Sistema Socioeducativo quanto no Sistema Penal, a discussão se dá com base em um paradoxo: os direitos humanos estão presentes na vida de muitos jovens e adultos encarcerados na forma de ausência, antes mesmo do cometimento da infração. As autoras concluem que a desigualdade social, educacional e, de forma geral, de acesso às políticas públicas ensejam violações de direitos e, portanto, de condições dignas de sobrevivência. Como consequência, muitos jovens e adultos são impulsionados para atos considerados de desrespeito às normas e leis.

Katia Aparecida da Silva Nunes Miranda, Solange Maria de Barros e Juliano Claudio Alves trazem em seu artigo *Ações Socioeducativas em Tempos de Pandemia*, reflexões críticas acerca das políticas públicas destinadas à socioeducação em tempos de pandemia causada pelo coronavírus (covid-19), e evidenciam as medidas que estão sendo tomadas pelos governos federal e estadual do Mato Grosso para mitigar o problema socioeducativo. Sugerem com base na pedagogia crítica de Paulo Freire, no realismo crítico de Roy Bhaskar e na concepção de socioeducação cunhada por Gomes Costa, formas possíveis de agir em favor de grupos que estão em situação de privação de liberdade, com ênfase nos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Concluem o artigo sugerindo a relevância da (re)construção de políticas públicas que garantam o efetivo atendimento socioeducativo a esses jovens, o que se vislumbra ser possível a partir de ações conjuntas envolvendo diversos atores políticos e sociais, a partir do princípio da incompletude institucional.

Este espaço é apresentado pelo artigo *Marino: litorais entre a socioeducação e a educação especial* de autoria de Wesley Ferreira de Carvalho e Carla Karnoppi Vasques. Trata do processo de escolarização de jovens que cometeram ato infracional e cumprem medida privativa de liberdade na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) e busca os encontros entre a socioeducação e a educação especial. Para os autores a trajetória de Marino assemelha-se a de tantos outros jovens brasileiros pobres, em sua maioria pretos ou pardos, posicionados em uma situação extrema e caracterizada pela ausência de direitos básicos. Como em artigos anteriores, os autores indicam que as necessidades educacionais especiais são identificadas e o atendimento educacional especializado ganhou registro no contexto escolar; entretanto, o encaminhamento não se efetiva. Enfatizam que, embora haja legislações específicas, o diálogo intersetorial não é privilegiado e pouco contribui nos processos restaurativo e educativo previstos pelo sistema de proteção integral ao jovem. Dessa forma, fica escamoteada a dupla vulnerabilidade que acomete um jovem em conflito com a lei em situação de deficiência.

Enlaçando este Dossiê, trazemos três artigos internacionais, para compor mais um retalho de nossa colcha, quase em fase de finalização e arremate.

Rarissa Maiara Fernandes de Lira e Joaquim Luis Medeiros Alcoforado, no artigo *Ontem, hoje... e amanhã? Refletindo sobre os percursos educativos de oito homens, em um estabelecimento prisional português*, trazem à luz a fala autobiográfica sobre as vivências do passado, procurando compreender como elas interferiram (e interferem) nos percursos educativos, nas motivações e nos interesses para aprendizagem e a construção de projetos de vida para o futuro. Resultantes do relato de histórias de vida, os dados apresentados

descrevem parte da realidade de oito homens reclusos em um estabelecimento prisional português, de nível de segurança alta e complexidade de gestão elevada, com uma população reclusa exclusivamente masculina, situado na região do centro de Portugal. Os resultados desses relatos autobiográficos sugerem que os motivos, razões e interesses que levaram, no passado, e que levam, atualmente, os reclusos a se relacionarem com a educação escolar, assumem contornos plurais, acidentados, de origens variadas e de cariz heterogêneo.

Educação e Cidadania Ambiental em Contexto Prisional - Um Programa de Extensão Universitária para Cidadãos Reclusos de autoria de Jesus M. Delgado-Mendez, José António Moreira, Sara Dias-Trindade e Ana Machado. Os pesquisadores portugueses iniciam esclarecendo que o Conselho da Europa adotou um conjunto de recomendações sobre necessidades e responsabilidades em matéria de Educação em Prisões, sendo que essas recomendações estipulavam que os indivíduos em contexto de reclusão devem ter acesso a programas de educação e formação, que sirvam um propósito integral de aquisição/desenvolvimento de competências de vida, conduzindo a uma efetiva reintegração na sociedade e mercado de trabalho e que, em simultâneo, previnam fenômenos de recidiva. Baseados nesses pressupostos os autores desenvolvem um programa de Extensão Universitária, na área da Cidadania Ambiental, sendo que o seu principal objetivo foi promover a aquisição de competências de cidadania ambiental e desenvolver competências sociais e emocionais, como o pensamento crítico, a comunicação e a colaboração. Os resultados revelam que a utilização do cinema em ambientes virtuais, ancorado no *modelo pedagógico para a desconstrução de imagens em movimento*, pode ter efeitos muito positivos na aquisição de conhecimentos na ciência ecológica e no desenvolvimento de competências, quer de cidadania ambiental, quer sociais e emocionais.

Os pesquisadores argentinos Francisco Scarfò e Mônica Olguim, apresentam o artigo *Educación, cárcel y pandemia: de la excepcionalidad a la "decepcionalidad"*. Para eles, a chegada da COVID-19 ao mundo, e à nossa região em particular, trouxe uma situação de exceção à normalidade habitual em todas as esferas da vida e mudanças que ressentiam a organização individual e comunitária. A pandemia aprofundou as desigualdades pré-existentes e deixou mais grupos sociais em uma situação vulnerável, como é o caso de pessoas privadas de liberdade. Hoje em dia, a incerteza reina em todos os setores da população, enquanto a normalidade desmorona, derrete diante da pandemia. No campo da educação nas prisões na Argentina, essa excepcionalidade é constituída, por um lado, pela emergência sanitária e, por outro, pelo isolamento social, preventivo e obrigatório declarado em março de 2020 que causou o fechamento de escolas e a proibição de aulas presenciais em todos os seus níveis e modalidades, incluindo o contexto de confinamento punitivo. Scarfò e Olguim abordam o dilema abrupto entre a educação presencial e a educação virtual no campo da privação de liberdade, os obstáculos que os educadores enfrentam nas prisões (onde o excepcionalismo é transformado em "decepção"), garantir a continuidade pedagógica e os desafios que a educação, entendida como um direito humano deve enfrentar nesse contexto no contexto da pandemia.

Para o arremate de nossa colcha, de maneira primorosa, trazemos a Entrevista com Dra. Violeta Acuña-Collado, professora-pesquisadora da Universidade de Playa Ancha, Ciencias de la Educación, Val Paraíso, Chile. É pesquisadora no tema de Desenvolvimento de Educação de Jovens e Adultos e Processos Formativos, e vem desenvolvendo trabalhos e pesquisas relacionados a esta temática, tanto em espaços escolares como não-escolares. A entrevista foi realizada por Elenice Maria Cammarosano Onofre, Edla Cristina Rodrigues Caldas e André Luiz Pereira Alves dos Santos, participantes do EduCárceles/UFSCar. Nesta conversa a profa. Violeta compartilhou suas experiências, dificuldades no campo da Educação para Jovens e Adultos nos espaços de privação de liberdade em contexto atual, Chile, como também as mudanças ocorridas pela pandemia da COVID-19, onde podemos traçar similaridades e diferenças sobre a Educação para Jovens e Adultos, em uma

perspectiva da América Latina e como a pandemia vem (re)significando algumas destas estruturas na sociedade.

Em um tempo no qual o Brasil apresenta a terceira maior população encarcerada do mundo, em um tempo de ansiedades e desgastes com as pandemias que nos assolam – sanitária, política, econômica, cultural –, em um tempo de mais de 250 mil mortes no país, por conta do novo coronavírus, em um dia de fevereiro de 2021, que ocorrem 1,5 mil óbitos em 24 horas, estamos a finalizar a nossa colcha. Os desafios foram e são muitos, as formas de luta para a finalização do nosso Dossiê demandaram persistência, paciência, ousadia, coragem e amorosidade, mas não abrimos mão de cada arremate, de cada ponto e de cada laço. A costura de cada retalho construído, por todos os educadores-pesquisadores envolvidos no processo de escrita e avaliação dos inúmeros artigos, foi primorosa. A colcha traz matizes de cores de esperança por tempos melhores, mais humanos, mais justos e mais inclusivos.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Timothy D. Ireland, que aceitou tecer suas ricas reflexões sobre nosso campo de pesquisa e os temas desse Dossiê Temático. Com ele, tenho aprendido a ser melhor como pessoa e como educadora-pesquisadora.

Concluimos agradecendo ao Comitê Editorial da REVEDUC – UFSCar – por ter aceitado a proposta sobre uma temática potente, mas que ainda carece de visibilidade no cenário da academia, e à Editora Executiva da Revista, Maria de Lourdes Bontempi Pizzi, pelo profissionalismo com que conduziu todo o processo.

Que a leitura seja proveitosa, reflexiva e encoraje ações de enfrentamento em planos de luta pela transformação nos/dos espaços de privação de liberdade para jovens e adultos.

São Carlos, fevereiro de 2021.

Elenice Maria Cammarosano Onofre¹
Organizadora

¹ Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenadora do EduCárceres – UFSCar – São Carlos (SP), Brasil. E-mail: eleonofre@ufscar.br